

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 5.576, DE 2023

Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, proibindo a aplicação de qualquer sanção em condomínios decorrentes de perturbação do sossego envolvendo pessoas diagnosticadas com o transtorno de espectro autista.

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES

Relator: Deputado CLEBER VERDE

I - RELATÓRIO

Por força da alínea 'a', do inciso VII, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, chega a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), para análise de mérito, o Projeto de Lei nº 5.576, de 2023. A proposta consiste em vedar “qualquer sanção em condomínios, inclusive as previstas nos artigos 1.336 e 1.337 do Código Civil, decorrentes de perturbação do sossego envolvendo pessoas transtorno de espectro autista”.

Na justificção, o Autor da proposta considera essencial que a sociedade ofereça suporte e compreensão para as pessoas com transtorno do espectro autista. Defende, ainda, que a inclusão social e a acessibilidade são fundamentais para que elas possam participar da sociedade.

Após a análise desta CDU, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência também julgará o mérito da proposta que, em



seguida, terá a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa avaliadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise propõe vedar “qualquer sanção em condomínios, inclusive as previstas nos artigos 1.336 e 1.337 do Código Civil, decorrentes de perturbação do sossego envolvendo pessoas transtorno de espectro autista”.

Concordamos com a proposta e somos favoráveis à sua aprovação. Considero essencial que a Lei ofereça mecanismos de proteção aos direitos das pessoas com transtorno do espectro autista.

Um traço comum das pessoas com transtorno do espectro autista, especialmente crianças, é a extrema irritabilidade e a dificuldade de comunicação, que se manifestam por meio de reações e comportamentos explosivos. Agitação e gritos são, muitas vezes, as únicas maneiras de que essas pessoas dispõem para lidar com as crises. Naturalmente, a pessoa com transtorno do espectro autista é quem mais sofre nesse cenário, mas os parentes e cuidadores também enfrentam situações extremamente desafiadoras e precisam ter resiliência para oferecer todo o suporte e cuidados demandados.

Por outro lado, insensíveis aos obstáculos enfrentados por essas famílias, alguns condôminos abrem mão da empatia e da paciência e, tendo vizinho nessas condições, demandam “providências” ao síndico. No fim do dia, as multas aplicadas por perturbação do sossego chegam a essas famílias com sabor de intolerância e indiferença.



Dessa forma, é importante que a Lei excepcione esses casos e não permita a aplicação de multas por perturbação do sossego quando se tratar de crises de pessoas com transtorno do espectro autista. Essas multas foram idealizadas para educar e coibir abusos daqueles que não respeitam a coletividade. Não contribuem em nada para a situação de uma família que precisa lidar com as crises pelas quais a pessoa com transtorno do espectro autista passa.

Contudo, da maneira proposta, o texto pode ter interpretação mais abrangente do que o ideal com relação a seus efeitos. A redação menciona os artigos 1.336 e 1.337 do Código Civil, que tratam de deveres do condômino de forma ampla. Neles, há, por exemplo, obrigações relativas não só à preservação do sossego, mas a participação nas despesas, o zelo pela segurança e a conservação das áreas externas e comuns. Além disso, o texto fala em situações “envolvendo” pessoas com transtorno do espectro autista. Essa expressão pode incluir situações nas quais a perturbação não foi causada diretamente pela pessoa com transtorno do espectro autista, em decorrência de manifestação de sua condição.

Oferecemos, portanto, texto substitutivo que ajusta esses aspectos. Entendemos que a redação deve ser inequívoca com relação às situações nas quais não será admitida a aplicação de multa.

Assim, voto pela aprovação do PL nº 5.576, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado CLEBER VERDE
Relator



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 5.576, DE 2023

Altera a Lei nº 12.764, de 2012, que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil, para proibir a aplicação de sanção por perturbação do sossego à pessoa com transtorno do espectro autista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para proibir a aplicação de sanção por perturbação do sossego à pessoa com transtorno do espectro autista.

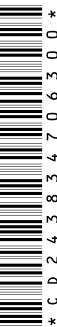
Art. 2º A Lei nº 12.764, de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A Não poderá ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista, ou a seu responsável ou cuidador, sanção por perturbação do sossego ou motivada por comportamento antissocial ou incompatível com a convivência coletiva decorrente de manifestação do transtorno.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 1.337 da Lei nº 10.406, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.337.

Parágrafo único. O condômino ou possuidor que, por seu reiterado comportamento antissocial, gerar incompatibilidade de convivência com os demais condôminos ou possuidores, poderá ser constrangido a pagar multa correspondente ao décuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, até ulterior deliberação da assembleia, observado o disposto no art. 4º-A da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012” (NR)



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado CLEBER VERDE
Relator

